

Evolução e Desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil na Cidade de Londrina até o Ano de 2005

Evolution and Development of the Civil Society Organizations on the City of Londrina until the Year 2005

Luis Miguel Luzio dos Santos^{a*}; Rubens de França Teixeira^b

Resumo

O artigo apresenta estudo em torno das Organizações do Terceiro Setor da cidade de Londrina. Busca compreender seu desenvolvimento ao longo do tempo e identificar as principais características e particularidades em que se baseiam estas entidades, fornecendo subsídios para melhor entendimento do papel da sociedade civil organizada na nova configuração do espaço público regional. A pesquisa de campo teve caráter exploratório e natureza quantitativa, efetivada durante o ano de 2008 com a totalidade de Organizações do Terceiro Setor da cidade cadastradas na Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Londrina, compreendendo 162 entidades. Como resultado verificou-se que a maioria das entidades pesquisadas foi fundada após o ano 2000, concentram-se na área de educação e apresentam forte escassez de recursos, tanto humanos quanto financeiros. Os resultados da pesquisa trouxeram à tona variedade de informações que ajudam a entender melhor o fenômeno local do Terceiro Setor e contextualizá-lo dentro da realidade maior que vem reforçando os movimentos da sociedade civil como atores de destaque na configuração do novo espaço público.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Organizações da Sociedade Civil. Movimentos Sociais.

Abstract

This article presents a study concerning the Third Sector Organizations in Londrina, trying to understand its development over time and identify the main characteristics and peculiarities that characterize these entities, providing support for a better understanding of the role of civil society organizations in the new configuration of the regional public space. The field study presented here was an exploratory and quantitative research, and was conducted during the year 2008 with all Third Sector Organizations of the city that are currently registered at the Social Action Organization of the City of Londrina, totalizing 162 entities. As results to stress, it was found that the majority of the researched entities were founded after the year 2000, focused in the education area, and had a serious shortage of resources, human and financial ones. The research findings have brought to light a variety of information that helps to understand better the phenomenon of the local Third Sector and contextualize it within a larger reality that is reinforcing the civil society movements as major actors in the shaping of a new public space.

Keywords: *Third Sector. Civil Society Organizations. Social Movements.*

^a Doutor em Ciências Sociais. Docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: lmig@uol.com.br.

^b Mestre em Administração. Docente da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail: rubens.teixeira@unopar.br .

* Endereço para correspondência: Rua Rubens Carlos de Jesus, 111 cs 87 CEP: 86055 240. Londrina-PR.

1 Introdução

Observou-se na segunda metade do século XX diminuição da atuação dos governos nacionais, tanto em questões econômicas quanto no campo social. Os Estados do Bem-Estar Social tornaram-se frágeis diante das constantes e crescentes demandas econômicas e sociais das populações sem contrapartida orçamentária equivalente, resultando em déficits públicos de difícil administração. Como reflexo desses desequilíbrios, a maioria das economias mundiais passaram a substituir o modelo de Estado previdenciário por medidas de caráter liberalizantes, deixando para as leis de mercado a responsabilidade de harmonizar a sociedade e a economia (ARRIGHI, 2003).

Paralelamente a tal situação, Putnam (2002) assinala que as mudanças decorrentes da era globalizada com fortes pressões econômicas criam como contra partida sentimento

mais forte de envolvimento cívico, levando os cidadãos de todo o mundo a construir redes e conexões, definindo o novo sentido do espaço cívico. As Organizações da Sociedade Civil poderão se tornar proteção contra pressões competitivas globalizadas, com algumas semelhanças com o poder exercido pelos movimentos sindicais do começo do século XX.

Parece ser cada vez maior a necessidade de entender as carências da sociedade contemporânea que teima em confundir crescimento com desenvolvimento social, deixando ao longo do processo, populações inteiras de marginalizados, não incluídas na arquitetura do novo modelo econômico. Abre-se, então, uma lacuna entre sociedade – Estado – empresas, em que os papéis encontram-se indefinidos e confusos, resultando em pressões e conflitos de diferentes naturezas. A sociedade civil apresenta distintas bandeiras, sendo comum o apelo à Inclusão, redemocratização, participação, solidariedade e cooperação, chamando para si, parte da responsabilidade pela construção de uma sociedade mais justa e capaz de proporcionar níveis superiores de bem-estar coletivo.

Ainda se esbarra no discurso “escapista” de responsabilizar o Estado por todas as mazelas sociais e que cabe apenas a este a tarefa de buscar e encontrar soluções eficazes para solucioná-las, o que reflete o fraco sentimento comunitário e

cooperativo de nossa sociedade, predominando os elementos individualistas, competitivos e de permanência do “*status quo*”. A Sociedade Civil Organizada aparece, então, com o compromisso de alavancar novos padrões de participação cívica e de democracia, ainda que este compromisso esteja amparado em múltiplas e variadas estratégias de ação, que boa parte das vezes, expressam os conflitos e embates presentes nas diferentes esferas da sociedade (SOUSA SANTOS, 2002).

Sousa Santos (2002) reforça que o crescente desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil na contemporaneidade vem como resposta à ascensão das demandas sociais e ao envolvimento cada vez maior da Sociedade Civil Organizada na busca de soluções.

A complexidade do tema torna sua análise cada vez mais relevante e indutora de pesquisa e discussão. Envolve-se, nesse contexto, não só mudança sócio-econômica, mas também cultural o que faz com que o tema ganhe em profundidade e complexidade, podendo ser abordado por múltiplos aspectos e campos de atuação, levando à multidisciplinariedade, contemplando diferentes áreas do conhecimento, como a Administração, Economia, Sociologia, Direito, Ciência Política, entre outras.

A cidade de Londrina foi cenário da presente pesquisa em virtude da sua significância no campo das Organizações da Sociedade Civil, já que estas vêm aumentando consideravelmente a sua atuação e relevância social dentro do município. Este estudo apresenta como principal objetivo verificar quais as principais características das Organizações da Sociedade Civil na cidade de Londrina – Paraná, entender sua evolução e desenvolvimento e sua expressividade e relevância na atualidade.

Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter formal de estudo descritivo como estabelecem Cooper e Schindler (1995). O levantamento foi realizado entre 2007 e 2008, junto à Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Londrina, sendo caracterizada como um senso, pois foram pesquisadas todas as entidades cadastradas nesses órgãos, o que totalizou 162 organizações.

2 Movimentos da Sociedade Civil no Brasil

A história dos movimentos ligados à sociedade civil no Brasil data de épocas remotas e de difícil identificação. Muitos destes estão ligados às primeiras obras de caráter assistencial desencadeadas, principalmente, pelas mãos da Igreja Católica, identificados nos primeiros anos de colonização. Por outro lado, esses movimentos só viriam desempenhar forma mais libertadora e de promoção humana, no seu sentido maior, por volta dos anos de 1960 ainda no seio da Igreja Católica.

Nesse sentido a Igreja desempenhou papel de destaque na luta pelos direitos humanos, na época da ditadura

militar e lançou as primeiras grandes mobilizações civis com as Comunidades Eclesiais de Base¹, em que o pobre e excluído era figura prioritária na construção da nova Igreja e da nova sociedade. As universidades também contribuíram desempenhando figura de destaque, com postura ativa e intimamente ligada aos movimentos populares, cujo discurso teórico era acompanhado de ação prática (LANDIM, 1998).

As Organizações da Sociedade Civil dos anos de 1970 e 1980 originaram-se e desenvolveram-se à margem dos recursos locais e das relações com o Estado ou com empresas privadas, apoiando-se praticamente na cooperação internacional, o que lhes garantia maior independência e liberdade de ação (FERNANDES, 1996).

Numa Segunda fase, com o início da abertura política, a volta dos exilados e o papel de destaque das universidades, tem início a nova era nos movimentos sociais e engajamento da sociedade civil. Salientam-se os ideários de esquerda, de forte influência marxista com aspirações políticas mais profundas. Dá-se impulso à tendência já em curso, pelos movimentos ligados à Teologia da Libertação, de deixar o assistencialismo em proveito de projetos estratégicos e de promoção humana, incentivando experiências de cooperativismo e geração de renda (FERNANDES, 1996).

A maioria das entidades, ligadas à sociedade civil em atuação foi criada a partir de 1985 e sofreu maior impulso depois de 1990. O panorama histórico que alavancou os esforços da sociedade civil organizada, analisando a América Latina de forma particular, está intimamente ligado ao número de empobrecidos e excluídos, que cresceu consideravelmente entre os anos de 1985 a 1990. O agravamento dos indicadores sociais se explica, principalmente, em decorrência do galopante processo inflacionário que acometeu a maioria das economias latino-americanas, assim como, aos drásticos cortes públicos por que passaram a maioria das economias da região (LANDIM, 1998).

A partir da década de 1980 verificou-se o aparecimento de novos tipos de demandas e reivindicações por parte dos movimentos da sociedade civil brasileira. Percebe-se maior focalização dos esforços em torno de temas como justiça no campo, particularmente reivindicações pela reforma agrária que teria no Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) o seu expoente mais destacado. Reivindicações semelhantes surgiriam de movimentos urbanos de ocupação de casas e prédios, além de se pleitear melhores serviços públicos nas áreas de transportes, educação e saúde (FERNANDES, 1996).

Ainda de acordo com Fernandes (1996) os anos de 1980 destacaram-se pela profissionalização das organizações sociais, deixando de ser identificados por simples caráter de participação voluntária, com escassas bases tecno-científicas. Passou-se então, ao processo de institucionalização na

¹ Comunidades Eclesiais de Base são grupos organizados em torno de paróquias, motivados pela fé, vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência.

condução e administração das políticas adotadas de forma a garantirem-se níveis mais elevados de eficiência e eficácia.

No início de 1990 assiste-se à onda neoliberal que defendia a redução do tamanho e da intervenção estatal na vida social e econômica, conduzindo políticas de privatização e transferência de atribuições históricas do Estado para o mercado ou organizações da sociedade civil. “Substituiu-se o papel de controle social na gestão e implementação das políticas sociais, mas transfere-se do governo para a sociedade civil o papel de agente do bem-estar social através de voluntariado e filantropia, apoliticado” (DURIGUETTO, 2005, p.90).

Montaño (2002) coloca em questão o modelo emergente de intervenção social, em que a cidadania é resumida a prática voluntarista da sociedade civil organizada, em detrimento do desenvolvimento da cidadania como direito cívico assegurado pelo Estado. Nesse sentido, o autor manifesta preocupação com a privatização das questões sociais, em que a sociedade civil passa a agir de maneira autônoma, muitas vezes corporativista, sem representar necessariamente os interesses do conjunto da sociedade, perpetuando-se as condições de dominação e impedindo o florescimento dos direitos cívicos.

Preocupação semelhante esboça Pedro Demo (2002) que alerta para as duas visões distintas de solidariedade que estão por trás das organizações da sociedade civil. A primeira parte de caráter voluntarista, independente e apolítica, adequada ao projeto liberal que quer uma sociedade civil dócil, alienada e afastada de confronto, contrastando com a segunda posição que defende a solidariedade de forma compulsória, avançando para o plano dos direitos instituídos e universalizados.

Dagnino; Oliveira e Panfichi (2006) fazem crítica ao isolamento que tem sido defendido por algumas correntes, que separam com rigidez, sociedade civil e sociedade política, como se fossem fenômenos dicotômicos. Os autores comparam duas perspectivas distintas na relação da sociedade civil com o Estado: o “projeto democrático participativo”, em oposição ao “projeto neoliberal”. O primeiro caracteriza-se pelo esforço na radicalização da democracia, diferentemente do projeto de democracia liberal representativa como forma tradicional das relações entre sociedade e Estado. O projeto participativo atribui à sociedade papel de destaque dentro dos processos de decisão. Há compartilhamento do poder de decisão entre o Estado e a sociedade em questões relativas ao interesse público, diferentemente da tradicional concepção de participação que se limita à consulta periódica da população.

Dagnino; Oliveira e Panfichi (2006) defendem um projeto que seja capaz de construir maior igualdade em todas as suas dimensões, alertando para a emergência de uma nova noção de cidadania, que reconheça o direito à participação na gestão do Estado e nas decisões políticas e, que seja capaz de estabelecer vínculo indissociável entre direito à igualdade e direito à diferença, distanciando-se do caráter homogêneo da visão liberal.

Os últimos anos do século XX foram marcados por reivindicações no campo do emprego, já que a carência deste tornar-se-ia um marco dos anos de 1990 em diante, não só no território nacional, mas ao redor do mundo. Este novo enfoque de esforços reivindicatórios passa a ocupar a pauta de muitos movimentos da sociedade civil que se preocuparam em impulsionar fontes de trabalho e renda, e avançaram para projetos mais ambiciosos de cooperativismo popular, ambicionando tornarem-se alternativas socioeconômica ao modelo dominante (SINGER, 2002).

3 Material e Métodos

A pesquisa aqui apresentada é exploratória de caráter formal de estudo descritivo como estabelecem Cooper e Schindler (1995) e compreendeu o levantamento da totalidade de Organizações da Sociedade Civil atuantes na cidade de Londrina. Para tal empreitada levou-se em conta as informações disponibilizadas pelo Projeto Mil ONGs da Prefeitura Municipal de Londrina e da Secretaria de Ação Social de Londrina. Porém, devido à considerável falta de informações nos cadastros do referido Projeto, houve a necessidade de se efetuarem visitas pessoais a algumas das entidades, completando as lacunas existentes.

A coleta de dados sobre as Organizações da Sociedade Civil atuantes na cidade de Londrina foi efetivada durante o ano de 2007 e concluída em 2008. O universo estudado contemplou 162 organizações. A pesquisa descartou do cadastro inicial, igrejas, sindicatos e partidos políticos, além de entidades que se encontravam inativas ou que atuavam informalmente, devido ao fato destas organizações possuírem particularidades muito específicas e distintas das associações e fundações que foram o alvo principal deste estudo.

Após o levantamento da totalidade de Organizações da Sociedade Civil existentes da cidade de Londrina, foram cruzados indicadores que possibilitaram análise mais precisa e apurada da realidade apresentada, além de conduzir ao enriquecimento do entendimento das distintas abordagens e perfis que compõem as entidades objeto deste estudo.

4 Perfil das Organizações da Sociedade Civil na Cidade de Londrina

4.1 Ano de fundação

Tabela 1: Fundação da organização

Período	Total (%)
2000 - 2005	48,77
1990 -1999	27,78
1980 - 1989	13,58
1970 - 1979	5,55
Anterior a 1970	4,32
Total	100

As informações contidas no item referente ao ano de fundação das organizações pesquisadas na cidade de Londrina fazem emergir dados extremamente contundentes das mudanças ocorridas na esfera dominada pelas iniciativas da sociedade civil organizada. Verifica-se que a partir de 2000 ocorreu processo acelerado de formação de entidades da sociedade civil, o que coincide com a mudança de governo da cidade e o esforço deste em promover tais iniciativas, por meio da criação de órgão específico denominado Projeto Mil ONGs.

Pode-se constatar que, de 2000 até fevereiro de 2005, surgiram 79 novas organizações na cidade, número que representa 48,77% do total de entidades, refletindo o acelerado crescimento destas organizações na cidade de Londrina nos anos recentes.

É necessário destacar que a década de 1990 já vinha se apresentando com quadro bastante expressivo no tocante ao desenvolvimento das iniciativas organizacionais da sociedade civil. Incidiu nesse período a fundação de 27,78% do total de entidades, o que desponta, de forma particular, quando se confronta este indicador com a década de 1980, em que haviam sido criadas 13,58% das entidades do gênero. O impulso especial, ocorrido 2000, pode ser explicado, pelo menos em parte, pelos incentivos proporcionados pelo Projeto Mil ONGs da prefeitura da cidade.

4.2 Área de atuação

Tabela 2: Área de atuação das organizações em relação ao ano de fundação: suporte, comunitárias e emancipatórias

Área de atuação	Ano de fundação					Total
	Anterior a 70 (%)	70-79 (%)	80-89 (%)	90-99 (%)	00-05 (%)	
Cultura, arte, convivência.	0,62	0,62	0	1,85	4,32	7,41
Apoio e incentivo a organizações da sociedade civil	0	0	0	0	5,55	5,55
Educação	1,23	1,85	2,47	6,79	12,97	25,31
Associação de moradores	0,62	1,23	5,55	2,47	3,09	12,96
Esporte	0,62	0	0	1,23	0,62	2,47
Defesa de direitos	0	0	0,62	1,23	2,47	4,32
Saúde	0	0,62	1,23	2,47	3,09	7,41
Associação de classe	0	0	0	1,85	2,47	4,32
Assistência social	0,62	1,23	2,47	3,7	5,56	13,58
Geração de renda	0	0	0	1,85	6,17	8,02
Meio ambiente	0	0	0	1,85	2,47	4,32
Religiosos	0,62	0	1,23	2,47	0	4,32
Total	4,33	5,55	13,57	27,76	48,78	100,00

Quando se analisaram as áreas de atuação das entidades pesquisadas, fez-se uso da mesma sistematização adotada pelo Projeto Mil ONGs, contemplando 12 grupos distintos de acordo com as ações empreendidas por cada uma das entidades. Ao se interpretarem os resultados levantados, percebe-se ampla pulverização de campos de ação, porém há destaque para a área de educação, representando 25,31% do total, sendo 24,69% representadas por entidades de suporte e apenas 0,62% por entidades emancipatórias. Há que se destacar também que o período de maior surgimento de organizações de educação está concentrado nos anos entre 2000 a 2005, totalizando 12,87% do total.

Quando se aprofundam os dados sobre as entidades ligadas à educação, percebe-se a necessidade de distinguir os distintos perfis contemplados pelas organizações de educação, de acordo com o foco de atuação específico, conforme se pode perceber na tabela abaixo:

Tabela 3: Subdivisão da educação em relação ao ano de fundação

Subdivisão relativa à educação	Ano de fundação					Total
	Anterior a 70 (%)	70-79 (%)	80-89 (%)	90-99 (%)	00-05 (%)	
Pré-escolas	0,00	2,44	7,32	14,63	34,15	58,54
Escolas profissionalizantes	2,44	2,44	0,00	4,88	9,76	19,51
Educação especial	2,44	2,44	0,00	2,44	2,44	9,76
Alfabetização	0,00	0,00	2,44	2,44	4,88	9,76
Educação para a cidadania	0,00	0,00	0,00	2,44	0,00	2,44
Total	4,88	7,32	9,76	26,83	51,22	100,00

Percebe-se que as organizações educacionais que atuam na área de pré-escola são a maioria, com 58,54% do total de entidades da área de educação. Verifica-se que estas iniciativas da sociedade civil vêm buscar suprir carência no número de vagas existente na cidade, que não consegue ser suprida pelo poder público, tendo suas origens distribuídas desde a década de 1970 até aos anos mais recentes. A maior representatividade, porém, encontra-se no período após 2000, totalizando 34,15%, contra 14,63% da década de 1990, a segunda mais expressiva. Questionamento que merece ser levantado é se estas entidades, ao se desenvolverem, têm conduzido ao recuo do Estado, ou se a omissão do Estado é que vem provocando o crescimento destas iniciativas.

As escolas de ensino profissionalizante somam 19,51% dentro do universo total das entidades ligadas à educação na cidade de Londrina, sendo o segundo modelo mais representativo na área. Estas organizações distribuem-se ao longo de todo o período contemplado pelo estudo, porém existe incidência maior de surgimento após o ano 2000, representando 9,76% do total, logo seguido pelos anos de 1990, com 4,88%. Estes dados demonstram maior preocupação com o ensino profissionalizante nos anos mais recentes, num esforço de possibilitar maiores condições de ingresso no mercado de

trabalho, cada vez mais competitivo e exigente.

As organizações de educação para a cidadania, geralmente, atuam no sentido de despertar nas populações a consciência de seus direitos e deveres, nomeadamente possibilitando o desenvolvimento de lideranças locais, capazes de lutar por seus direitos e se mobilizar para a conquista de novos avanços sociais. Nesse sentido, verifica-se baixa incidência de entidades enquadradas neste perfil, totalizando 2,44% e ficando concentradas na década de 1990.

As organizações com perfil de assistência social também são outro agrupamento bastante representativo na cidade de Londrina, contabilizando 13,58% do total geral de entidades. No entanto, devido sua pulverização de campos de atuação, merece análise mais particularizada, como demonstra a tabela a seguir em que se segmenta o universo das organizações de assistência social e se efetua o cruzamento com o ano de fundação das mesmas:

Tabela 4: Subdivisão das organizações de assistência social em relação ao ano de fundação

Subdivisão relativa à assistência social	Ano de fundação					Total
	Anterior a 70 (%)	70-79 (%)	80-89 (%)	90-99 (%)	00-05 (%)	
Pessoa com deficiência	0,00	4,56	0,00	0,00	9,12	13,68
Terceira idade	4,56	4,56	0,00	4,56	4,56	18,24
Dependentes químicos	0,00	0,00	4,56	4,56	4,56	13,68
Assistência emergencial	0,00	0,00	9,13	13,69	18,26	41,08
Assistência à infância	0,00	0,00	4,56	4,56	4,56	13,68
Total	4,56	9,12	18,25	27,37	41,07	100,00

As organizações de assistência social são tradicionais na cidade, somando atualmente 13,58% do total de entidades, só perdendo em representatividade para as organizações de educação. Têm origem distribuída em todos os períodos analisados pela pesquisa, ou seja, estavam presentes em anos anteriores à década de 1970. No entanto, concentram maior representatividade nos anos mais recentes, ou seja, do total geral de 13,58% entidades enquadradas como de assistência social, 3,7% originaram-se na década de 1990 e 5,56% após o ano 2000.

Dentre estas entidades, apesar dos múltiplos esforços e áreas de atuação, destacam-se as iniciativas ligadas à assistência emergencial, contemplando 41,08% do total de organizações de assistência social da cidade de Londrina. Deste perfil encontram-se entidades ligadas à assistência de moradores de rua, assim como distribuição de alimentos, roupas etc.

Outro grupo que merece menção particular são as organizações que atendem à terceira idade, representando 18,24% do total da assistência social, mas que são insuficientes para as necessidades da cidade. Neste grupo encontra-

se, de asilos a organizações de recreação, que apresentam data de fundação bastante pulverizada. Não havendo representatividade especial em período histórico em particular, o que, de certa forma, contrapõe-se ao contexto atual, em que se assiste a crescimento demográfico no número de idosos no Brasil, não sendo este acompanhado por movimento mais expressivo em relação ao atendimento destas populações.

Em terceiro lugar em representatividade dentro do grupo formado pelas organizações de assistência social, encontram-se as entidades ligadas à assistência de dependentes químicos, com 13,68%. O mesmo índice alcançado pelas organizações ligadas à assistência a portadores de cuidados especiais e também ao grupo de entidades ligadas à assistência à infância, como orfanatos e lares. Muitas das entidades aqui mencionadas são de difícil enquadramento, já que há elementos que poderiam posicioná-las como de assistência social, educação ou mesmo saúde. A linha de separação entre algumas áreas é muito tênue e com forte permeabilidade, seguindo-se neste estudo o critério de enquadramento definido pelas próprias entidades pesquisadas.

Outra análise particularizada foi desenvolvida em torno das organizações identificadas como de geração de renda, que embora não sejam numerosas em relação ao total geral, destacam-se pelo crescimento acentuado nos últimos períodos analisados.

Tabela 5: Subdivisão das organizações de geração de renda em relação ao ano de fundação

Subdivisão relativa a organizações de geração de renda	Ano de fundação					Total
	Anterior a 70 (%)	70-79 (%)	80-89 (%)	90-99 (%)	00-05 (%)	
Organizações de reciclagem	0,00	0,00	0,00	0,00	53,84	53,84
Organizações de manufatura	0,00	0,00	0,00	15,39	23,08	38,47
Organizações de prestação de serviços	0,00	0,00	0,00	7,69	0,00	7,69
Total	0,00	0,00	0,00	23,08	76,92	100,00

As organizações identificadas como de geração de renda somam 8,02% do total de entidades da cidade. Ainda que não tenham incidência muito expressiva, destacam-se por todas terem sido fundadas após 1990, tendo crescimento acelerado após o ano 2000. As organizações de geração de renda originárias dos anos de 1990 representam apenas 23,08% do total do segmento, enquanto as que se originaram após o ano 2000 representam 76,92%, sobressaindo de forma contundente o aceleramento extremamente expressivo destas entidades nos anos mais recentes.

Estes dados podem ser melhor analisados quando se identificam as diferentes modalidades organizacionais agrupadas pela nomenclatura de geração de renda. Constatam-

se, então, que a maioria delas atua na área de reciclagem, 53,84%, ou seja, boa parte são ex-catadores de papel que se uniram e passaram a desenvolver atividades ligadas à reciclagem de materiais como fonte de renda.

Existem, ainda, algumas experiências de geração de renda partindo da manufatura de produtos através de oficinas de artesanato, somando atualmente 38,47% do total de entidades no segmento de geração de renda. Destas, 15,39% têm origem nos anos de 1990 e 23,08% após 2000, não havendo incidência destas organizações em anos anteriores a este período. As organizações ligadas à prestação de serviços somam 7,69% do total do segmento, ficando todas elas concentradas no período dos anos de 1990.

Todas as iniciativas que contemplam as organizações classificadas como de geração de renda atuam como cooperativa, desenvolvendo-se através de formas de gerenciamento participativo e democrático. É certo que são, na maioria, organizações de pequeno porte. Das entidades pesquisadas, 76,93% concentram-se na faixa orçamentária anual entre R\$ 10 mil e R\$ 50, o que faz com que apresentem grandes dificuldades de sobrevivência e manutenção. Embora tenham sido implantadas em decorrência da extrema precariedade de condições de vida em que se encontravam seus membros, poderá estar neste tipo de experiências o alicerce de novo modelo para muitas organizações da sociedade civil, mais independentes e inovadoras.

Outra análise, que mereceu atenção particular neste estudo, diz respeito ao aprofundamento das entidades identificadas como de defesa de direitos, como se pode verificar na tabela abaixo:

Tabela 6: Subdivisão das organizações de defesa de direitos em relação ao ano de fundação

Subdivisão relativa a organizações de defesa de direitos	Ano de fundação					Total
	Anterior a 70 (%)	70-79 (%)	80-89 (%)	90-99 (%)	00-05 (%)	
Apoio jurídico	0,00	0,00	14,28	14,28	14,28	42,84
Direitos do consumidor	0,00	0,00	0,00	0,00	28,60	28,60
Direitos humanos - apoio a minorias	0,00	0,00	0,00	14,28	14,28	28,60
Total	0,00	0,00	14,28	28,60	57,12	100,00

Salienta-se primeiramente o número reduzido de organizações agrupadas neste segmento na cidade de Londrina. Apenas 4,32% do total geral de entidades cadastradas enquadram-se neste perfil. Quando se busca identificar de forma específica quais são as organizações agrupadas no segmento de defesa de direitos, sobressaem 3 tipos de instituições diferenciadas. A primeira, que apresenta número mais expressivo de entidades, são as chamadas organizações de apoio jurídico, contemplando 42,84% do total do segmento, distribuindo a sua fundação entre os anos de 1980, 1990 e após 2000, sendo todos estes períodos equivalentes em relação ao

número de organizações fundadas.

As organizações agrupadas na divisão de direitos do consumidor representam 28,60% do total do segmento, porém todas elas são originárias do período após o ano 2000. Ainda fazem parte deste grupo as organizações definidas como de direitos humanos, ou defesa de minorias, que totalizam 28,60% do total e têm origem distribuída igualmente entre os anos de 1990 e após o ano 2000, com 14,28% para cada um dos períodos. Ressalta-se ainda que as organizações identificadas como de defesa de direitos não apresentam nenhuma representante em períodos anteriores aos anos de 1980, coincidindo com o período dominado pelos regimes autoritários no Brasil.

As associações de moradores perfazem 12,96% do total de entidades da cidade e apresentam iniciativas originárias de todos os períodos históricos analisados pela pesquisa. Destaca-se, porém, a maior incidência de criação deste modelo de organizações na década de 1980, totalizando 5,55 do total geral, seguido por 2,47% na década de 1990 e 3,09% após o ano 2000. A maior expansão destas iniciativas coincide com o período de abertura política do país, o que pode ter influído maior mobilização em prol da participação mais expressiva no espaço público.

As organizações ligadas à saúde salientam-se, não tanto pelo número de entidades, 7,41% do total de organizações da sociedade civil presentes na cidade de Londrina, mas pelo porte de algumas destas iniciativas. Nomeadamente a Santa Casa de Londrina, a maior organização da sociedade civil sediada na cidade, contando 1877 funcionários, além de 167 voluntários.

O maior número de iniciativas ligadas à área de saúde originou-se entre 2000 e 2005, totalizando 3,09% dos 7,41% compreendidos pelas organizações civis na área da saúde. Ou seja, quase 50% do segmento de saúde têm origem nos anos mais recentes, acompanhando a tendência geral de aceleração no número de entidades da sociedade civil na cidade de Londrina após o ano 2000.

4.3 Número de funcionários

Tabela 7: Número de funcionários em relação ao ano de fundação

Número de Funcionários	Ano de fundação					Total
	Anterior a 70 (%)	70-79 (%)	80-89 (%)	90-99 (%)	00-05 (%)	
0	0,00	1,85	5,56	7,41	19,75	34,57
1 a 5	0,62	1,23	1,23	6,79	8,64	18,52
6 a 10	1,23	0,00	1,85	4,94	7,41	15,43
11 a 15	0,00	0,00	2,47	3,09	6,17	11,73
16 a 20	0,62	0,00	1,85	1,23	3,70	7,41
21 a 30	0,62	0,00	0,62	1,85	0,00	3,09
31 a 40	0,00	1,23	0,00	1,23	0,62	3,09
Acima de 40	1,23	1,23	0,00	1,23	2,47	6,17
Total	4,32	5,56	13,78	27,78	48,77	100,00

A análise mostra que, quanto ao corpo de funcionários diretos envolvidos nas distintas iniciativas da sociedade civil, estas se apresentam de forma atípica em relação às organizações com fins lucrativos.

Percebe-se predominância acentuada de entidades que não possuem funcionários efetivos, atuando apenas com voluntários, 34,57% do total geral. Deste total, 16,67% concentram-se em organizações de suporte. Este dado pode ser compreendido por se tratar, na maioria dos casos, de organizações de pequeno porte que dificilmente disponibilizariam de orçamento suficiente para atuar com um quadro de funcionários assalariado.

Outro fator que pode explicar este resultado é o fato de a maioria das organizações encontradas na cidade ter formação recente e estar em processo de desenvolvimento, apresentando estruturas mínimas de funcionamento. Das organizações que surgiram após o ano 2000, 19,75% atuam sem contar com nenhum funcionário efetivo.

Destaca-se, ainda, que, de acordo com dados do Projeto Mil ONGs, (2005) da Prefeitura Municipal de Londrina, 45% dos funcionários e voluntários que atuam nas organizações da sociedade civil da cidade possuem o ensino médio completo e 33% possuem curso superior. Estes números chamam a atenção, principalmente por se tratar de entidades, na maioria dos casos, de pequeno porte e de formação recente.

4.4 Número de voluntários

Quanto ao número de voluntários nas organizações pesquisadas, nota-se que a minoria as entidades da cidade de Londrina que não dispõe de voluntários em seu quadro de colaboradores. Grande parte das organizações só funciona através da mobilização destes. Apenas 10,49% das entidades pesquisadas assinalaram não possuir voluntários em sua organização e a maioria trabalha com número bastante reduzido, ou seja, 51,85% do total geral possuem no máximo até 10 voluntários participando do cotidiano dessas organizações.

Também parece haver relação direta entre o maior número de voluntários e o maior tempo de atuação da organização, o que certamente é reflexo de entidades mais estruturadas e que por isso apresentam condições de integrar contingente mais expressivo de voluntários.

Tabela 8: Número de voluntários em relação ao ano de fundação

Número de Voluntários	Ano de fundação					Total
	Anterior a 70 (%)	70-79 (%)	80-89 (%)	90-99 (%)	00-05 (%)	
0	0,00	0,00	0,62	3,09	6,79	10,49
1 a 5	0,62	0,00	1,23	7,41	9,26	18,52
6 a 10	1,23	1,85	1,85	6,79	11,11	22,84
11 a 15	0,00	1,23	4,94	2,47	6,17	14,81
16 a 20	0,62	0,00	4,32	3,70	1,85	10,49
21 a 30	0,62	1,85	0,00	3,09	4,94	10,49
31 a 40	0,00	0,00	0,00	0,00	3,09	3,09
Acima de 40	1,23	0,62	0,62	1,23	5,56	9,26
Total	4,32	5,56	13,58	27,78	48,77	100,00

Embora o número médio de voluntários em cada entidade não seja volumoso, existem algumas experiências que se sobressaem pela mobilização expressiva de voluntários. Destacam-se aqui a Santa Casa de Londrina, que conta com 167 voluntários e a organização Cristo te Ama – CRISTMA, entidade ligada ao apoio de dependentes químicos, que contabiliza um total de 369 voluntários, boa parte destes ex-dependentes.

4.5 Fonte de recursos

Tabela 9: Fonte de recursos em relação ao ano de fundação

Fonte de Recursos	Ano de fundação					Total
	Anterior a 70 (%)	70-79 (%)	80-89 (%)	90-99 (%)	00-05 (%)	
Recursos próprios	3,08	4,32	11,72	18,51	38,27	75,92%
Recursos públicos	1,85	1,85	5,55	14,81	18,51	42,59%
Recursos internacionais	0,61	0,00	0,00	1,23	1,23	3,08%
Recursos privados (pessoa física)	3,70	3,08	5,55	16,66	24,07	53,08%
Recursos privados (pessoa jurídica)	1,85	1,23	4,93	10,49	15,43	33,95%

Esta questão específica possibilitava múltiplas escolhas e a opção por uma das alternativas não implicava necessariamente na exclusão das demais, levando-se em conta, em todos os casos, a totalidade de organizações pesquisadas, ou seja, 162.

Um dos quesitos mais problemáticos que envolvem as entidades da sociedade civil é a captação de recursos para viabilizar a sua manutenção e o desenvolvimento de seus projetos de forma sustentável. Nesse sentido, a maioria das organizações pesquisadas apresenta mais de uma fonte de recursos, já que a concentração em uma, provavelmente não seria suficiente para atender ao total das demandas. Além do mais, a proliferação de fontes de recursos garante maior segurança, já que a exclusividade poderia criar dependência que poderia gerar quadros preocupantes de fragilização e até mesmo inviabilizar as ações da entidade.

Embora as fontes de recursos das Organizações da Sociedade Civil da cidade de Londrina sejam variadas, existe predominância de fontes próprias. Quando se fala em fontes próprias, podem-se entender vários mecanismos de ação, como promoções internas realizadas periodicamente para angariar recursos junto à comunidade, eventos e campanhas diversificadas, além de mecanismos de geração de renda que são cada vez mais comuns, como a prestação de serviços à comunidade, desenvolvimento de produtos, ou mesmo locação das instalações para eventos externos. Essas organizações procuram, dessa forma, garantir maior independência em relação a verbas externas, que sempre geram clima de insegurança e instabilidade, limitando enormemente o planejamento de médio e longo prazo.

A segunda fonte de recursos mais frequente nas entidades de Londrina é o repasse de pessoas físicas, ou seja, geralmente a comunidade, ou grupos envolvidos com a causa da organização, que devido a essa identificação tornam-se os seus principais mantenedores. Em Londrina 53,08% das entidades recebem recursos advindos de pessoas físicas, muitas trabalhando com esquemas de associados que contribuem periodicamente com quantia definida, garantindo-se, assim, a manutenção, pelo menos parcial da entidade.

É necessário destacar também a fraca representatividade dos recursos advindos de empresas privadas, tendo sido mencionados por apenas 33,95% do total de organizações, incluindo-se em entidades de suporte, com 15,43%. Esse tipo de repasse manifesta-se principalmente em favor das organizações de criação mais recente, ou seja, após o ano 2000, contemplando 15,43% do total de 33,95% de entidades.

Os repasses efetuados pelo poder público nas suas diferentes esferas, municipal, estadual e federal, apresentam incidência em 42,59% das organizações pesquisadas, concentrando-se nas organizações originadas na década de 1990, com 14,81%, e principalmente nas entidades mais recentes, ou seja, criadas após o ano 2000, com 18,51% do total. Esta participação pública se dá de diferentes formas, desde transferências diretas de recursos financeiros, até subsídios de diversas naturezas. Estas políticas são muitas vezes questionadas em relação ao papel que desempenham, ou seja, até que ponto elas não levam ao recuo do Estado em cumprir com suas obrigações?

4.6 Orçamento

Tabela 10: Orçamento das organizações em relação ao ano de fundação

Orçamento	Ano de fundação					Total
	Anterior a 70 (%)	70-79 (%)	80-89 (%)	90-99 (%)	00-05 (%)	
Até R\$ 5 mil	0,00	0,62	4,94	5,56	12,96	24,07
R\$ 5 mil a R\$ 10 mil	0,00	0,62	0,62	1,23	3,09	5,56
R\$ 10 mil a R\$ 25 mil	0,62	1,23	0,62	1,85	4,94	9,26
R\$ 25 mil a R\$ 50 mil	0,00	0,00	1,85	1,85	7,41	11,11
R\$ 50 mil a R\$ 100 mil	0,62	0,00	2,47	6,79	6,17	16,05
R\$ 100 mil a R\$ 250 mil	0,62	1,23	1,85	3,70	10,49	17,90
R\$ 250 mil a R\$ 500 mil	0,00	0,00	0,00	1,85	0,62	2,47
R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão	1,23	0,00	0,00	0,62	0,62	2,47
Acima de R\$ 1 milhão	0,62	1,23	0,62	0,62	0,00	3,09
Não respondeu	0,62	0,62	0,62	3,70	2,47	8,02
Total	4,32	5,56	13,58	27,78	48,77	100,00

Fica claro nesta análise específica o porte reduzido da grande maioria das entidades da sociedade civil atuantes na cidade de Londrina, uma vez que 24,07% do total geral é composto por organizações que apresentam orçamentos de até R\$ 5.000 ano, sendo que 12,96% dessas organizações foram fundadas entre os anos de 2000 e 2005. Pode-se, de certa forma, entender este orçamento restrito pela fundação recente das entidades, refletindo-se numa realidade dominada por estruturas mínimas e enxutas que se apóiam principalmente no trabalho voluntário.

Observa-se, no entanto, que com certa frequência as organizações mais antigas dispõem de orçamentos mais vultosos, o que vem confirmar a premissa de que à medida que estas entidades se estruturam, acabam por atrair mais recursos, em parte por alcançarem níveis maiores de visibilidade ou por possuírem maior confiabilidade junto à população colaboradora. Nesse sentido, salienta-se que, do total das 5,56% entidades que possuem orçamentos anuais superiores a R\$ 250.000, 3,08% foram fundadas na década de 1970 ou em data anterior.

Merece atenção especial o número expressivo de organizações que não informaram o orçamento, ou seja, 8,02% do total geral, realidade mais presente nas comunitárias ou setoriais. A análise deste fato pode conduzir a pelo menos duas interpretações. Primeiramente, à falta de controles apropriados, o que denota baixos níveis de profissionalismo e de responsabilidade, desenvolvendo-se as atividades de forma informal e baseadas na confiança mútua. Em segundo, o não interesse dos membros responsáveis por essas entidades em realizar a prestação de contas de forma transparente à comunidade. Esta segunda hipótese está ligada a recusa de apresentar os valores orçamentários como forma de não se expor e não ser cobrado ou questionado, refletindo perigosas práticas de administrar recursos públicos como se privados fossem, em que a organização se fecha no seu universo, distanciando-se do seu compromisso público, nomeadamente se beneficiando de isenções fiscais e outros tipos de vantagens e não se sentindo obrigada a tornar públicos os seus balanços.

5 Resultados e Discussão

Após analisar os dados relativos às organizações da sociedade civil atuantes em Londrina, pode-se verificar o desenvolvimento destas entidades em ritmo acelerado, sintonizando-se com a realidade brasileira e mundial. Este fenômeno destacou-se de forma particularizada a partir do ano 2000, o que é explicado, pelo menos em parte, pelo empenho do governo municipal em incentivar, na época, esse tipo de mobilização, principalmente através do projeto mil ONGs que assessorava e promovia esse tipo de iniciativas na cidade.

As organizações da sociedade civil da cidade de Londrina, apesar de todos os esforços recentes, ainda apresentam forte caráter informal, que dificulta a coleta de informações e, por consequência, sua sistematização apropriada. Muitas das organizações não possuem registro formal, ou possuem informações dispersas, o que dificulta a compreensão e análise

mais profunda dessa realidade.

Quase com o mesmo destaque das organizações de assistência e apoio, sobressaem as organizações de participação comunitária e setorial, encontrando-se em franco crescimento e desenvolvimento, não só na cidade como no país. Estas iniciativas salientam-se por estarem empenhadas na articulação de populações e comunidades, garantindo-lhes meios para que possam manifestar e reivindicar seus direitos de forma mais efetiva, contribuindo para novas formas de participação no espaço público. Estes grupos apresentam grandes expectativas na construção de novos níveis de participação democrática, haja vista práticas, cada vez mais frequentes e bem sucedidas, de orçamento participativo em várias cidades brasileiras.

As organizações que mantêm auto-suficiência na matriz fundamental de desenvolvimento apresentam-se em número bastante reduzido, porém são grupos que obtiveram maiores índices de crescimento após o ano 2000, o que pode ser explicado pelo forte apelo às experiências de economia solidária que têm despontado na cidade, nomeadamente com projeto de fomento a estas iniciativas por parte do poder público municipal. Sobressai neste tipo de modelo o potencial emancipatório que lhes é inerente, principalmente das camadas apartadas do mercado de trabalho tradicional e historicamente sujeitas a se desenvolverem nas “franjas” do sistema dominante.

O esforço em gerar recursos próprios por parte das organizações da sociedade civil da cidade parece ser anseio comum a boa parcela das entidades pesquisadas, que se encontram em crescimento nos anos mais recentes. Pode-se verificar o número crescente de iniciativas que contam em seu orçamento anual com fontes próprias de angariação de fundos, o que mostra forte desejo em criar mecanismos de fomento que garantam maior autonomia na condução das entidades.

Os contatos informais, ainda que não evidenciados na pesquisa quantitativa, apontam para o problema do baixo comprometimento de boa parte do voluntariado. Grande número de entidades apresentou dificuldade em contabilizar o número de voluntários da entidade, devido à rotatividade deles. Percebe-se, porém, que tem havido evolução significativa nos últimos anos, considerando que a maioria das organizações pesquisadas são viabilizadas, por meio dos trabalhos dos voluntários, até mesmo pelo baixo orçamento disponível que dificulta a possibilidade de contratação de corpo funcional remunerado. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de alto índice de motivação, que não é fruto de incentivos financeiros, mas de outra natureza, nomeadamente de realização pessoal, valores e civismo.

O baixo número de funcionários presentes na maioria das entidades pesquisadas pode gerar fragilidade de atuação e de desenvolvimento, podendo conduzir a baixos níveis de comprometimento e dependência exagerada de voluntários. O que pode ameaçar a estabilidade das organizações e até mesmo comprometer os quadros administrativos, caracterizados por baixo nível de especialização e dominados pela simples “boa vontade”. Ainda que seja erro querer transpor a lógica

de modelos organizacionais convencionais para entidades da sociedade civil, que são norteadas por valores e motivadores diferenciados dos convencionais, também se torna perigoso afastarem-se de maior grau de profissionalismo e de efetividade.

O fator religioso ou espiritual demonstrou ser um dos elementos mais fortes no processo de fundação das Organizações da Sociedade Civil da cidade de Londrina. Mesmo que seja difícil a apuração precisa do principal influenciador que levou à criação das entidades em atuação na cidade, pode-se perceber forte condicionante ligado a valores religiosos.

A pesquisa passa a ter papel importante para melhor entendimento do perfil das organizações da sociedade civil da cidade de Londrina, para demonstrar como este desenvolvimento se desenrola e as condições de atuação características das organizações atuantes na cidade.

6 Conclusão

O presente estudo contribui para melhor entendimento de como este fenômeno vem se desenvolvendo e posicionando na cidade de Londrina, além de indicar possíveis tendências em termos futuros. O levantamento quantitativo é reducionista por natureza. É difícil capturar realidade em movimento e repleta de subjetividade, porém, através deste primeiro esforço, pode-se abrir espaço para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa que explora casos pontuais, aprofundando e desvendando, ainda que em parte, a complexa realidade que predomina nas organizações da sociedade civil.

Referências

- ARRIGHI, G. Longo século XX. São Paulo: Contraponto, 2003.
- COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. Business reserch methods. São Paulo: McGraw-Hill, 1995.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DEMO, P. Solidariedade como efeito de poder. São Paulo: Cortez; 2002.
- DURIGUETTO, M.L. Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. Serviço Social e Sociedade, v.26, n. 81, mar. 2005.
- FERNANDES, R.C. Privado porém público: terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.
- LANDIM, L. (Org). Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU/ISER, 1998.
- LONDRINA. Disponível em: <www.codel.londrina.pr.gov.br/geral/geral.asp?id=8>.
- PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUSA SANTOS, B. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

